

Estrutura Organizacional da CHANCE Internacional

01. Órgãos Deliberativos e Administrativos da CHANCE

- I. Assembleia Geral
- II. Conselho de Administração
- III. Diretoria
- IV. Conselho Fiscal
- V. Diretoria Executiva

02. Identificação e Competência de cada órgão deliberativo ou administrativo, conforme prescrição estatutária:

02.1. Da Assembleia Geral

- a. A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano de governo da CHANCE, cabendo-lhe deliberar livremente sobre os interesses sociais da organização, nos limites deste estatuto;
- b. A Assembleia Geral é constituída pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e pelos demais associados, convocada e presidida pelo presidente ou por seu substituto legal;
- c. A Assembleia de Deus reunir-se-á:
 - c1. Ordinariamente, 1 (uma) vez por ano;
 - c2. Extraordinariamente, sempre que necessário.
- d. A Assembleia Geral será convocada pelos seguintes agentes:
 - d1. Presidente e, em sua ausência ou impedimento, por seu substituto legal;
 - d2. Pelo Conselho Fiscal;
 - d3. Pela maioria dos membros da Diretoria;
 - d4. Por um número de associados, com as suas obrigações sociais, nunca inferior a 1\5 (um quinto) do total dos membros.
- e. A Assembleia Geral poderá ser convocada por 1\5 (um quinto) dos associados, em dia com as suas obrigações sociais, caso o presidente não atenda às suas solicitações de convocação, dentro do prazo de 15 dias;
- f. Compete à Assembleia Geral:
 - f1. Cumprir e fazer cumprir os Estatutos Sociais;
 - f2. Eleger empossar e destituir os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, bem como promover o processo de destituição;
 - f3. Examinar as contas da Diretoria;
 - f4. Reformar total ou parcialmente, por proposta da Diretoria, o presente Estatuto Social;
 - f5. Autorizar a Diretoria a comprar, vender, alugar, alugar, doar ou

- compromissar, a qualquer título, bens, cujo valor exceda a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos;
- f6. Deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão, dissolução ou extinção
 - f7. Aprovar a proposta orçamentária;
 - f8. Aprovar o relatório das atividades, o balanço patrimonial do exercício financeiro do exercício financeiro anterior, as demonstrações contábeis e seus anexos e a incorporação de eventual resultado operacional ao exercício em curso;
 - f9. Aprovar a criação ou extinção de filiais;
 - f10. Aprovar o orçamento e o balanço anual sobre o exercício findo apresentados pela Diretoria;
 - f11. Aprovar regularmente os regimentos;
 - f12. Deliberar sobre a dissolução ou extinção da CHANCE;
 - f13. Deliberar sobre assuntos de interesse social;
 - f14. Julgar os recursos a ela interpostos pelos associados ou demais usuários da CHANCE;
 - f15. Deliberar sobre a fundação de uma instituição congênere e a extinção ou modificação da estrutura jurídica da CHANCE;
 - f16. Referendar a indicação de candidatos pela Diretoria para a qualidade de associado;
 - f17. Resolver em definitivo, sobre todas as propostas que lhes forem submetidas e deliberar sobre os demais assuntos inerentes à sua competência e de interesse social;

02.2. Do Conselho de Administração

a. O Conselho de Administração é o órgão de representação deliberativo da Assembleia Geral, com as seguintes atribuições privativas, com as seguintes atribuições, *ad referendum* da Assembléia Geral:

I. Aprovar as propostas de contratos de gestão de prestação de serviços com órgãos públicos ou privados;

II. Aprovar propostas de planos orçamentários para os anos ou períodos fiscais bem como o programa de investimentos nos contratos de gestão de prestação de serviços de

III. Aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da instituição por maioria de, no mínimo, dois terços de seus membros;

IV. Aprovar o Regimento Interno da Instituição que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, cargos e respectivas competências;

V. Aprovar, por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros o regulamento próprio contendo procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos e salários e benefícios dos empregados da instituição;

VI. Aprovar e encaminhar ao órgão superior da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da instituição, elaborados pela Diretoria;

VII. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da instituição, com o auxílio de auditoria externa;

VIII. Designar e dispensar os membros da Diretoria, “ad referendum” da Assembleia Geral;

b. Os membros do Conselho de Administração não poderão ser parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e dos vereadores;

c. Os membros do Conselho de Administração não podem ser, ao mesmo tempo, membros da Diretoria e\ou do Conselho Fiscal;

d. Será de 2 (dois) anos o primeiro mandato de metade dos membros eleitos e, de 4 (quatro) anos o mandato da outra metade;

e. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 4 (quatro) vezes ao ano para exame das prestações de contas, da utilização dos recursos repassados à CHANCE, decorrentes dos contratos de gestão para a gestão dos CEI's (Centros de Educação Infantil) e as demais instituições que lhes compete neste estatuto e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

02.3. Da Diretoria

a. A CHANCE é dirigida e administrada por uma Diretoria, sem cargos vitalícios, eleita pela Assembleia Geral, e assim constituída:

I. Presidente

II. Vice Presidente

III. Primeiro Tesoureiro

IV. Segundo Tesoureiro

V. Primeiro Secretário

VI. Segundo Secretário

b. Os membros da Diretoria não podem ser, ao mesmo tempo, membros do Conselho de Administração e\ou do Conselho Fiscal;

c. A Assembleia Geral elege a Diretoria e lhe dá posse para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

d. Compete à Diretoria:

I. Dirigir e administrar a CHANCE na consecução de seus objetivos sociais propostos neste estatuto, fazendo cumprir todos os compromissos de sua identidade corporativa, princípios, políticas e filosofia, bem como todos os compromissos e obrigações legais afins;

- II. Cumprir e fazer cumprir o estatuto social, bem como Regimento Interno, naquilo que couber, nas decisões da Assembleia Geral;
- III. Fazer cumprir as determinações emanadas da identidade corporativa da CHANCE, com: Políticas, Princípios, Filosofia e demais fundamentos organizacionais;
- IV. Propor criação e/ou alteração do estatuto social da CHANCE, bem como o Regimento Interno, observando as normas estatutárias e a lei civil brasileira em vigor;
- V. Propor a dissolução ou extinção da CHANCE para a Assembleia Geral;
- VI. Propor a admissão e demissão de associados em conformidade com as prescrições estatutárias;
- VII. Elaborar o plano orçamentário anual da CHANCE, o planejamento das atividades, bem como submetê-los à aprovação da Assembleia Geral, bem como revisar/modificar o plano orçamentário eventualmente recusado;
- VIII. Entrosar-se com outras instituições públicas ou privadas para mútua colaboração e em atividades de interesse comum;
- IX. Criar cargos, funções, órgãos e comissões e definir as competências de todos;
- X. Propor orçamentos e planos de despesa/aquisição de materiais à aprovação a Assembleia Geral;
- XI. Propor a admissão e exclusão de associados e julgar as infrações e aplicar as respectivas penalidades, na forma deste estatuto;
- XII. Nomear e exonerar os Diretores das filiais;
- XIII. Autorizar despesas extraordinárias, também quando solicitadas pelas filiais, até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos;
- XIV. Fazer relatório das atividades bem como prestar contas (balanço anual), bem como os balancetes intermediários (matriz e filiais) à Assembleia Geral e Conselho Fiscal;
- XV. Decidir sobre aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, respeitadas as limitações previstas neste estatuto social;
- XVI. Transferir os associados da matriz à filial ou vice versa, se precisar;
- XVII. Abrir e fechar filiais, departamentos e setores de atividades;
- XVIII. Resolver os casos omissos deste estatuto;
- XIX. Outras atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral e por este estatuto.

02.4. Do Conselho Fiscal

- a. O Conselho Fiscal será o órgão de fiscalização da CHANCE, sendo constituído por 3 (três) associados titulares e 3 (três) associados suplentes, por um período de 3 anos, eleitos pela Assembleia Geral eletiva, e terá as seguintes atribuições:

- I. Examinar os livros de escrituração, as contas, balancetes, registros, estado de caixa e demais documentos de caráter financeiro e patrimonial da CHANCE e de suas filiais;
 - II. Examinar o balancete semestral apresentado pela Diretoria, opinar a respeito e apresentar o resultado do exame à Assembleia Geral;
 - III. Apreçar e opinar sobre as demonstrações contábeis, acompanhadas de parecer de auditores externos, se for necessário, encaminhando-as à Assembleia Geral para a devida deliberação;
 - IV. Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as demonstrações patrimoniais, por parte da CHANCE, podendo, inclusive, recorrer a pareceres técnicos acerca de tais operações;
 - V. Analisar proposta de venda, doação ou imposição de gravantes aos bens da CHANCE e encaminhá-la, caso seja favorável, e acompanhada de exposição de motivos, à Assembleia Geral para deliberação, caso o valor exceda a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos;
 - VI. Requisitar à Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela entidade, bem como requisitar a contratação de auditoria externa contábil;
 - VII. Zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade na prestação de contas e atos correlatos da entidade;
 - VIII. Elaborar e modificar seu próprio regimento interno e encaminhá-lo à Assembleia Geral para devida deliberação;
 - IX. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
 - X. Fiscalizar os atos da Diretoria, verificando e cumprindo os seus deveres legais e estatutários;
 - XI. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e prestação de contas anuais, com o auxílio de auditoria externa, no caso, se assim a lei o exigir;
 - XII. Opinar e dar pareceres operações patrimoniais e relatórios de desempenho financeiro e patrimonial, submetendo-os à Assembleia Geral ordinária ou extraordinária;
 - XIII. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
 - XIV. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;
- Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 02 (duas) vezes ao ano, em sua maioria absoluta, em caráter ordinário, aplicando-se analogicamente, no que couber às regras previstas no estatuto social e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu presidente ou pelo presidente da entidade, pela maioria simples dos associados ou pela maioria dos membros do próprio Conselho Fiscal;
- Parágrafo Segundo – Para o exercício de suas funções, o Conselho Fiscal pode fazer-se assessorar por técnicos e profissionais qualificados;
- Parágrafo Terceiro – O mandato do Conselho Fiscal terá início no dia da sua eleição e posse e vai até 3 (três) anos após essa data, podendo seus membros ser reeleitos quantas vezes forem necessárias;

Parágrafo Quarto – Se por qualquer motivo imperioso não houver eleição do novo Conselho Fiscal ao final de 3 (três) anos, o mandato do Conselho Fiscal será automaticamente prorrogado até a realização da eleição para escolha do novo Conselho Fiscal, não podendo essa prorrogação ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias;

Parágrafo Quinto – Os membros do Conselho Fiscal não podem ser, ao mesmo tempo, membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

02.5. Da Diretoria Executiva

I. Por este estatuto, a Diretoria poderá criar o cargo de Diretor Executivo e outorgar nominalmente a este poderes a ela conferidos para execução de seus objetivos sociais, devendo essa outorga ser através de procuração na qual estejam definidos poderes específicos e duração dessa representação;

II. O Diretor Executivo será um funcionário da CHANCE, admitido ou demitido pela Diretoria e não poderá, por isso mesmo, enquanto no exercício do cargo, votar ou ser votado para qualquer cargo eletivo da Diretoria ou do Conselho Fiscal. Essa restrição é extensiva a qualquer funcionário da CHANCE;

III. Se por qualquer motivo imperioso não houver eleição da nova Diretoria ao final de seu mandato de 2 (dois) anos a procuração do Diretor Executivo será prorrogado automaticamente a realização da eleição para a escolha da nova Diretoria.

Conteúdo extraído do Estatuto vigente da organização, também inserido na íntegra neste Portal da Transparência, no documento Ata da Reunião da Assembléia Geral da CHANCE de 07 de Abril de 2018.